

André Azevedo da Fonseca (2020) *A metrópole imaginária*. Ed. UFPR: Curitiba, 228 pp. (ISBN 978-65-87448-08-4). Brochura / Ebook.

Wesley Colati

O livro *A metrópole imaginária* analisa dinâmicas históricas da cidade mineira de Uberaba nos anos 1940, mas seu conteúdo pode ser facilmente ampliado como uma representação de diversos municípios no interior do país que, contextualizados no mesmo período e afastados geograficamente de grandes centros urbanos, acabaram por emular uma narrativa própria e descolada da realidade para impulsionar personalidades e moldar uma imagem positiva da população. Essa emulação aconteceu, principalmente, por meio da imprensa local que não hesitava em retratar Uberaba como uma metrópole prestes a alcançar todo o seu potencial de riquezas, progresso e civilidade, apesar de a realidade social ser muito diferente daquela difundida nos jornais.

É nesse ponto onde André Azevedo da Fonseca consegue construir uma obra instigante sobre a cidadezinha, localizada no Triângulo Mineiro, transformando-a em uma personagem singular ao longo das páginas. Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), tendo participado de estágio de pesquisa de pós-doutorado pelo Programa Avançado de Cultura Contemporânea da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Fonseca demonstra domínio sobre o passado uberabense, conduzindo o leitor pelas edificações da época, os eventos sociais de maior prestígio e, claro, os informes dos veículos de comunicação responsáveis por forjar um senso de superioridade das elites, distinguindo-as das classes menos abastadas por meio de descrições grandiosas que não poupavam predicados superlativos.

O pesquisador também é autor de outras duas obras que tratam de temas relacionados aos imaginários tecnológicos, mitos nas mídias e mitologias políticas: *A construção do mito Mário Palmério*, lançado pela editora Unesp em 2012, e *Cotidianos culturais e outras histórias*, publicado pela Uniube em 2004. Suas investigações acadêmicas renderam diversas premiações de âmbito nacional e internacional como o Inovar para Ensinar, da Unesco em 2016; Science Slam Brasil, da Euraxess neste mesmo ano; Rumos Pesquisa Aplicada, do Itaú Cultural em 2010 e Prêmio Escritor Universitário, da Academia Brasileira de Letras em 2004.

A verve literária de Fonseca dialoga diretamente com as áreas de Ciências Humanas e Sociais aplicadas e suas investigações acadêmicas são responsáveis por dar luz a fatos históricos relevantes para a compreensão político-social do país. Ao tratar de eventos que aconteceram no interior do Brasil na primeira metade do século XX, o livro *A metrópole*

imaginária revela que as dinâmicas institucionalizadas entre agentes de poder aconteciam para além dos principais eixos urbanos como Rio de Janeiro e São Paulo. Relações de submissão, apagamento e de interesses pessoais eram tão comuns no interior como nas capitais com a diferença de que, longe dos olhos da grande imprensa, eram os veículos de comunicação locais os responsáveis por agenciar as autoridades e dar voz para a classe dominante em detrimento do povo mais humilde que não era representado nas páginas dos jornais da época, como o próprio autor evidencia ainda na introdução:

Mas é preciso dizer que essa realidade não está restrita a Uberaba. Por isso, penso que este livro, na verdade, aponta questões sobre o modo de vida de um Brasil profundo e desvela uma lógica de relações históricas que ainda perdura em qualquer sociedade marcada por diferenças sociais extremas (Fonseca, 2020, p.14).

A disputa simbólica em Uberaba tem início na concepção da cidade que, no século XVIII, pertencia ao estado de São Paulo, sendo revogada posteriormente pelos goianos e, em mais uma movimentação engendrada por interesses financeiros e políticos, em 1816 passou a ser tutelada por Minas Gerais, onde permanece atualmente. É interessante observar que, apesar de fundada no mesmo plano físico, a sua história já perpassou três entes federativos, indicando que os processos de construção de signos coletivos embasam as relações de poder no mundo material, neste caso a barganha resultante na territorialização do município.

Sem espanto é possível perceber que o esquema de autolegitimação, no início do século passado, esteve entranhado ao coronelismo que, se por um lado não era uma prática exclusiva de Uberaba, por outro encontrou em seu seio um terreno fértil para expandir suas raízes e perpetuar suas influências entre os munícipes. Além de tomar para si o controle das principais decisões, as altas patentes eram utilizadas para reforçar a separação entre as pessoas que tinham alguma relevância na comunidade, ou seja, os donos das terras, considerando que os cidadãos comuns que eram compostos, majoritariamente, por trabalhadores do campo de baixíssimo poder aquisitivo. O autor conta que neste período de violência e desmandos um fator marcante era a opulência da elite agrária que prosperava em contraste com a miséria uberabense. Enquanto os coronéis construía luxuosos palacetes e ostentavam suas fortunas, a “[...] cidade sofria com calçamento rudimentar, iluminação inconstante, sistema de água precário e população doente.” (Fonseca, 2020, p. 43)

Aliás, essa questão da doença é outro ponto de análise em *A metrópole imaginária*. O livro ressalta que, em dado momento, houve uma alta incidência de pessoas contaminadas pela lepra em Uberaba, o que naturalmente se tornou um problema na manutenção da

imagem fabricada de adiantamento urbano. Os jornais empreenderam uma campanha higienista, propagando a ideia de que os doentes deveriam ser afastados do convívio social sob o pretexto de encontrarem melhores cuidados em instituições preparados para recebê-los. E isso de fato aconteceu em 1942 quando as autoridades realizaram um verdadeiro expurgo, levando à força todos os enfermos para um leprosário em Belo Horizonte. Pouco tempo depois, porém, os doentes voltaram às ruas uberabenses para o descontentamento da burguesia.

Situação semelhante acontecia com os mendigos. Os veículos incentivavam o recolhimento desses indivíduos em abrigos para que suas presenças não gerassem contraste com o teatro ufanista fomentado pelos mesmos meios de comunicação. Porém, como essas conclamações não geraram um resultado efetivo na situação, os atores de alta hierarquia puderam tirar proveito da calamidade. Eventos beneficentes pomposos, doações nada discretas e diversas outras ações em prol dos menos favorecidos eram anunciados de forma efusiva pela mídia local que exaltava as qualidades morais dos benfeitores, nomeando cada um daqueles que faziam o bem ao próximo sem esperar nada em retribuição – exceto, talvez, alguns elogios públicos.

No terceiro capítulo a obra aborda “um sério problema” para a comunidade: meninos de rua que provocavam depredações nas redondezas. Os jornais cobravam das autoridades uma medida enérgica no combate aos infratores para que os ditos marginais parassem de perturbar o senso de civilidade que reinava entre os todos os uberabenses, segundo discurso proveniente dessa autoconclamada elite. Tal medida pode ser interpretada como o medo de que a realidade imposta, ou seja, a marginalização e a pobreza, pudesse arranhar a fantasiosa imagem de terra evoluída e próspera que algumas pessoas costumavam encenar entre seus pares. Logo, essa ameaça deveria ser extirpada para que a utopia pudesse prosseguir sem inconveniências. Se havia problemas sociais, que existissem fora de vista.

O que se pode depreender da leitura é que, apesar de retratar uma microesfera, o exemplo de Uberaba pode ser extrapolado para muito além das delimitações da cidade mineira. Encarando esse processo de autolegitimação apresentado no livro como uma lupa para desvendar outras sociedades organizadas do país, é possível compreender como a construção de símbolos consegue regulamentar o convívio humano por meio da autoalimentação de mensagens emitidas entre agentes favoráveis à manutenção do *status quo*, neste caso, os veículos de comunicação locais. A metrópole ornada nos impressos não possuía referência no real, sendo apenas uma representação dos de uma elite deslocada dos problemas urbanos que precisava ser constantemente adulada para encontrar a aprovação

entre seus iguais e reforçar a ideia de que eram diferentes daqueles que julgavam não se enquadrar no ideal uberabense: o povo.